



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

489

Envelhecimento populacional e força de trabalho no Brasil: diferenças segundo o nível socioeconômico

Eugenia Leone

Novembro 2025



ie Instituto de
economia

Envelhecimento populacional e força de trabalho no Brasil: diferenças segundo o nível socioeconômico

Eugenia Leone *

Resumo

O artigo apresenta uma análise do envelhecimento da população e suas consequências sobre a força de trabalho. Inicialmente o artigo descreve as quatro fases da transição demográfica e, em seguida, aplica essa estrutura ao caso brasileiro, destacando as quedas nas taxas de mortalidade e natalidade ao longo do tempo. Examina-se, também, o aumento da esperança de vida e a redução da fecundidade no país, fatores que contribuem para o envelhecimento populacional. Por fim, discutem-se as implicações desse envelhecimento para o mercado de trabalho, com ênfase nas diferenças de estrutura etária e de condições de atividade econômica entre os diversos níveis socioeconômicos da população. Conclui-se que a coexistência de graus de envelhecimento profundamente distintos entre os grupos socioeconômicos torna mais complexa a formulação de políticas públicas e dificulta a definição de medidas eficazes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da proteção social.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; Mercado de trabalho; Nível socioeconômico.

Abstract

Ageing population and the workforce in Brazil: differences according to socioeconomic level

This article presents an analysis of population aging and its consequences for the workforce. It initially describes the four phases of the demographic transition and then applies this framework to the Brazilian case, highlighting the declines in mortality and birth rates over time. It also examines the increase in life expectancy and the reduction in fertility in the country, factors that contribute to population aging. Finally, it discusses the implications of this aging for the labour market, with an emphasis on the differences in age structure and economic activity conditions among the various socioeconomic levels of the population. It concludes that the coexistence of profoundly different degrees of aging among socioeconomic groups complicates the formulation of public policies and hinders the definition of effective measures to address the challenges of the labour market and social protection.

Keywords: Population ageing; Labour market; Socioeconomic level.

Classificação JEL: J11, J14, J21.

1 Introdução

O envelhecimento da população é um processo de mudança do padrão etário de um país. No Brasil, a idade média da população que era de 28,3 anos em 2000, atingiu 35,5 anos em 2023. Para 2070, projeta-se que a idade média dos brasileiros alcance 48,4 anos. Esse processo está relacionado

* Professora colaboradora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: eleone@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8334-6194>. A autora agradece à Lília Montali, Stella Silva Telles e Marcelo Tavares pelos comentários e sugestões. Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq.

à redução das taxas de fecundidade, ao aumento da idade média das mulheres no nascimento do primeiro filho e à elevação da expectativa de vida ao nascer¹.

O envelhecimento populacional traz implicações importantes para o mercado de trabalho, tornando essencial considerar as desigualdades socioeconômicas na análise dessas consequências. Esse processo ocorre de forma diferenciada conforme o nível socioeconômico: nos níveis mais elevados, as pessoas tendem a vivenciar um envelhecimento mais ativo, com maior participação em diversas esferas da vida, inclusive no trabalho remunerado.

Nesse sentido, conforme destacam Wajnsman et al. (2004), à medida que os trabalhadores envelhecem, as melhores chances de permanecerem economicamente ativos concentram-se entre os mais qualificados e com maior nível de instrução, especialmente entre os que não estão envolvidos em atividades manuais.

Na literatura observa-se a presença de uma ideologia do envelhecimento desvinculada do contexto político, social e econômico, como se as classes sociais e suas relações antagônicas não interferissem no processo de viver e envelhecer. Em outras palavras, o modo como se vive e envelhece depende das condições socioeconômicas – ou seja, das condições objetivas e subjetivas da vida que permitem (ou não) suprir as necessidades físicas, psíquicas e sociais das pessoas. O envelhecimento, portanto, reflete as formas de vida experimentadas ao longo das diferentes etapas da existência, desde a infância até a vida adulta (Escorcim, 2021).

Nos países desenvolvidos, quase 90% dos europeus com cerca de 50 anos permanecem ativos na força de trabalho. No entanto, essa participação cai para menos da metade no início dos 60 anos, mesmo com o aumento da longevidade. Ampliar o emprego a partir dos 50 anos exige um conjunto mais abrangente de políticas voltadas a uma faixa etária mais extensa. As principais áreas de atenção incluem a promoção da saúde, o desenvolvimento de habilidades e a criação de ambientes de trabalho mais favoráveis ao envelhecimento (Scott; Plot, 2025).

Neste estudo, busca-se analisar o envelhecimento da força de trabalho a partir da distribuição da População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA) por faixas etárias, considerando o nível socioeconômico. O objetivo é compreender as diferenças na composição etária da força de trabalho destacando a importância relativa dos diferentes grupos etários dentro dela.

Do ponto de vista do mercado de trabalho e dos trabalhadores, diversos desafios decorrem do processo de envelhecimento: discriminação etária, dificuldade de manutenção do emprego, adaptação a novas tecnologias, seletividade por parte dos empregadores, maior incidência de doenças crônicas, entre outros.

Para manter as pessoas na atividade econômica e evitar que passem à inatividade, é necessário criar empregos adequados à idade — com jornadas mais flexíveis, menor exigência física e maior autonomia. Embora esse tipo de emprego esteja se tornando mais comum, muitas ocupações, como as da construção civil, ainda apresentam dificuldades para trabalhadores mais velhos. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas voltadas à requalificação profissional e à transição para novas ocupações ao longo da vida, bem como de leis que combatam a discriminação etária. Tais políticas

(1) <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>.

não apenas estimulam a permanência no emprego, mas também contribuem para um contrato social mais justo diante da perspectiva de uma vida mais longa (Scott; Plot, 2025).

O objetivo deste artigo é apresentar um quadro descritivo que evidencie como o envelhecimento da população brasileira se reflete diretamente na força de trabalho. Com essa finalidade, o artigo está organizado da seguinte forma: na Seção 2, apresenta uma descrição geral da transição demográfica e sua manifestação no caso brasileiro, destacando as quedas nas taxas de mortalidade e natalidade ao longo do tempo; na Seção 3, discutem-se as implicações desse envelhecimento para o mercado de trabalho e, na Seção 4, enfatizam-se as diferenças na estrutura etária e nas condições de atividade econômica entre os diversos níveis socioeconômicos da população. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 Transição demográfica

A transição demográfica consiste em uma mudança na dinâmica de crescimento da população, decorrente da queda das taxas de mortalidade e, posteriormente, das taxas de natalidade. Esse processo ocorre em quatro etapas distintas, observadas em diferentes momentos nos diversos países, independentemente de idioma, religião, localização geográfica ou diferenças culturais. No entanto, variam entre os países as taxas iniciais de mortalidade e natalidade, o momento em que começam a declinar, os ritmos dessas diminuições e os níveis atingidos (Alves, 2022).

As quatro fases da transição demográfica são²:

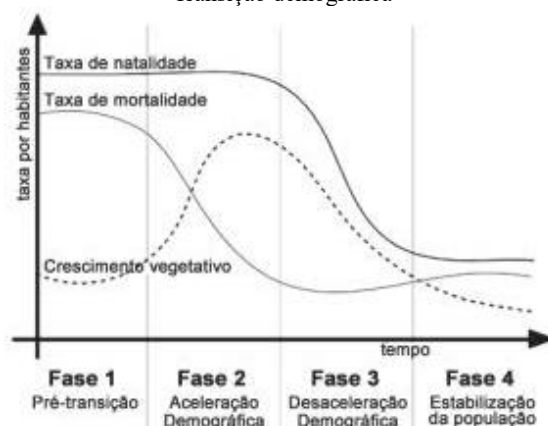
1. **Primeira fase (pré-transição):** caracterizada por altas taxas de natalidade e mortalidade.
2. **Segunda fase:** ocorre a queda da mortalidade, enquanto a natalidade se mantém elevada, resultando em acentuado crescimento vegetativo da população.
3. **Terceira fase:** há desaceleração do crescimento populacional, com redução das taxas de natalidade e manutenção da baixa mortalidade.
4. **Quarta fase:** observa-se a estabilização do crescimento populacional, com baixas taxas tanto de natalidade quanto de mortalidade. (ver Gráfico 1).

O Gráfico 1 supõe que na fase pré-transição, caracterizada por altas taxas de natalidade e mortalidade, a curva da taxa de natalidade situa-se acima da curva da taxa de mortalidade, resultando em crescimento vegetativo da população. O Gráfico também evidencia uma pequena redução inicial na taxa de mortalidade nessa fase.

A taxa de natalidade corresponde ao número de nascimentos ocorridos ao longo do ano em relação ao estoque de população no meio do mesmo período. A taxa de mortalidade, por sua vez, representa o número de óbitos registrados ao longo do ano em relação ao estoque de população no meio do ano. Portanto, a diferença entre as duas taxas expressa o crescimento vegetativo da população naquele ano. O crescimento efetivo da população, contudo, deve incluir também os saldos migratórios, ou seja, os fluxos de imigração e emigração observados no mesmo intervalo.

(2) Ver: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/transicao-demografica.htm>.

Gráfico 1
Transição demográfica



Fonte: [Transição demográfica: o que é, causas, fases - Brasil Escola](#).

No Brasil, a transição demográfica teve início no final do século XIX, entre as décadas de 1880 e 1890, em decorrência da redução das taxas de mortalidade. Nos anos 1950 e 1960, a população passou a crescer intensamente – cerca de 3% ao ano – em razão da contínua diminuição da mortalidade e das ainda elevadas taxas de natalidade, associadas à alta fecundidade das mulheres.

A taxa de fecundidade expressa o número médio de filhos que uma mulher teria ao término do seu período reprodutivo (dos 15 aos 49 anos). A partir do final da década de 1960, observa-se um rápido declínio da natalidade: a taxa de fecundidade que em 1960 era de 5,8 filhos por mulher, caiu para 4,4 em 1980 e 2,9 em 1991. Nesse período, as taxas de mortalidade continuaram em declínio, embora já em níveis baixos. Como consequência, a população que vinha crescendo a um ritmo anual de 2,5% ao ano, nos anos 1980, passou a registrar uma taxa de crescimento de 1,6% ao ano, na década de 1990³.

Um fenômeno que precedeu a queda da fecundidade foi a redução da mortalidade, responsável pelo acelerado crescimento da população entre as décadas de 1940 e 1970. Essa redução deveu-se, em grande medida, à melhoria das condições de higiene e nutrição, à ampliação do acesso aos serviços de saúde, e à implementação de programas públicos de vacinação e de prevenção de doenças por parte do governo federal.

A queda da fecundidade, por sua vez, constitui um fenômeno mais complexo, resultante de múltiplos fatores interligados, entre os quais se destacam o avanço dos métodos anticoncepcionais, o aumento da escolarização da população, a emancipação feminina, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a expansão e diversificação dos padrões de consumo.

A redução dos níveis de mortalidade resultou em aumento da esperança de vida da população brasileira. Entre 1940 e 2000, houve um ganho de aproximadamente 29 anos, com a esperança de vida passando de 43,1 para 72,6 anos (Tabela 1). Esse avanço, contudo, poderia ter sido ainda maior caso o Brasil tivesse conseguido reduzir de forma mais intensa os níveis de mortalidade infantil.

(3) Fonte: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=>.

A mesma Tabela indica que, apesar da expressiva redução da taxa de mortalidade infantil, ela ainda se mantém elevada em comparação com países desenvolvidos. Na Alemanha, por exemplo, em 2022, essa taxa era de 3,1 por mil nascidos vivos⁴.

A esperança de vida ao nascer de uma população, em um determinado ano, representa o número médio de anos que um grupo hipotético de pessoas nascidas nesse mesmo ano viveria, caso estivesse sujeito ao longo da vida, às taxas de mortalidade por idade observadas na população naquele período. Trata-se de um indicador sintético das condições de mortalidade por idade de uma população.

A taxa de mortalidade infantil, por sua vez, expressa a relação entre o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade e o total de nascidos vivos no mesmo ano. Uma taxa de mortalidade infantil elevada indica que uma parcela significativa de pessoas nascidas naquele ano não chegará a completar o primeiro ano de vida, o que contribui para reduzir significativamente a esperança de vida ao nascer da população.

Tabela 1
Indicadores demográficos

Ano	Taxa Mortalidade Infantil (por mil NV)	Esperança de Vida ao nascer (em anos)	Taxa Fecundidade Total (nº filhos)	Taxa Crescimento da População
1940	150,0	43,1	6,2	-
1950	135,0	48,0	6,2	2,3
1960	124,0	52,3	6,3	3,2
1970	115,0	63,1	5,8	2,9
1980	82,8	64,7	4,4	2,5
1991	48,3	69,9	2,9	1,8
2000	28,1	72,6	2,4	1,6
2010	15,0	74,4	1,9	1,2
2022	12,4	75,4	1,6	0,5

Fonte: [IBGE | Séries Estatísticas & Séries Históricas](#).

A esperança de vida ao nascer no Brasil se estabilizou-se em torno de 75 anos em 2010⁵. Nesse mesmo período, a taxa de fecundidade continuou diminuindo, atingindo níveis inferiores à taxa de reposição da população, estimada em 2,1 filhos por mulher. Como consequência, o ritmo de crescimento da população brasileira continuou diminuindo, registrando uma média de 0,5% ao ano entre os censos de 2010 e 2022.

A redução da taxa de natalidade, resultante da diminuição da fecundidade em um contexto de estabilidade das taxas de mortalidade, provoca uma alteração na composição etária da população,

(4) [Germany Infant Mortality Rate \(1950-2025\)](#).

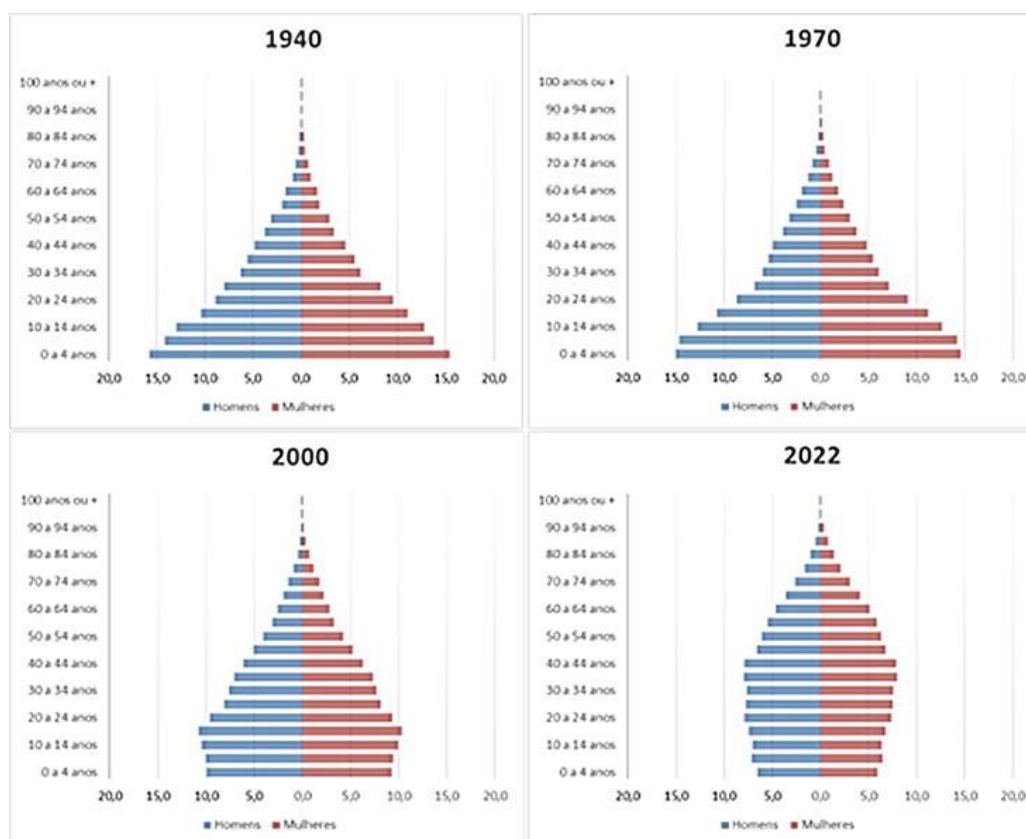
(5) Essa esperança de vida se refere à população no seu conjunto. É importante mencionar que há uma diferença grande entre homens e mulheres nesse indicador. Em 2020 a expectativa de vida dos homens era de 70,2 e a das mulheres 77,6 uma diferença de 7,4 anos em favor das mulheres. Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos#:~:text=Uma%20pessoa%20nascida%20no%20Brasil,%2C%20de%2079%2C0%20anos>.

com aumento relativo dos grupos de idade mais avançada e, conseqüentemente um envelhecimento da população.

3 Envelhecimento da população

O envelhecimento da população é um processo que se inicia pela diminuição da proporção de jovens, acompanhado, progressivamente, pelo aumento da fração da proporção de adultos, alterando a composição etária da população. Essas mudanças são ilustradas pelas pirâmides etárias que começaram a mudar de formato principalmente a partir de 1970, em decorrência da redução da taxa de fecundidade das mulheres (Gráfico 2).

Gráfico 2
Pirâmides etárias. Brasil, 1940, 1970, 2000 e 2022



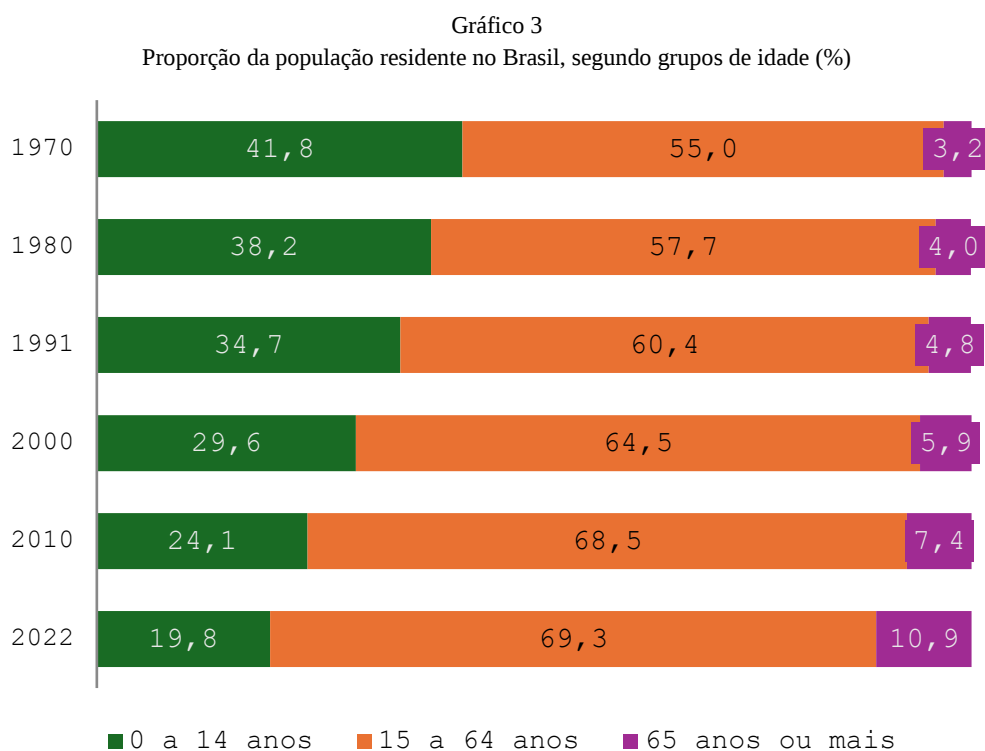
Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Extraído Cobo (2025). Congresso ABET, XIX ENABET, Florianópolis, 2025.

A base larga da pirâmide de 1940 e seu estreitamento a medida que aumenta a idade indica uma elevada taxa de natalidade e, também, um intenso crescimento vegetativo da população. A pirâmide de 1970 ainda apresenta uma base larga, mas já com indícios de redução da natalidade e do crescimento vegetativo. Em 2000, observa-se uma clara redução das taxas de natalidade e de crescimento vegetativo, com o estreitamento da base e o alargamento das faixas etárias

intermediárias. Por fim, a pirâmide de 2022 evidencia baixas taxas de natalidade, alargamento no meio da pirâmide, indicando o aumento da população em idade ativa e, também, aumento da proporção de pessoas nas idades mais avançadas. Essas transformações refletem a transição demográfica brasileira e evidenciam o avanço do processo de envelhecimento populacional, resultado direto da queda da fecundidade e do aumento da esperança de vida.

O Gráfico 3 ilustra a evolução da distribuição da população brasileira nos grupos etários de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais ao longo das últimas 6 décadas.

Como mostra o Gráfico 3 a população com até 14 anos diminuiu de 41,8% em 1970 para 19,8% em 2022, enquanto a população de 15 a 64 anos passou de 55,0% para 69,3% no mesmo período. A população com 65 anos ou mais que representava 3,2% em 1970, alcançou 5,9% no ano 2000 e 10,9% em 2022⁶.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Essa dinâmica populacional pode ser sintetizada por dois indicadores principais: a taxa de dependência demográfica e o índice de envelhecimento. Observa-se que a partir de 2010, embora a taxa de dependência tenha diminuído mais lentamente (caindo de 46% para 44,3% entre 2010 e 2022), o índice de envelhecimento aumentou de forma mais intensa. Essa mudança é marcada pelo fato de

(6) “O Estatuto do Idoso define como idoso a pessoa de 60 anos ou mais. O corte de 65 anos ou mais é utilizado para manter a comparabilidade internacional e com outras pesquisas que utilizam essa faixa etária, como de mercado de trabalho” Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 27 out. 2025.

que o número de pessoas com mais de 64 anos, que equivalia a 30,7% da população com menos de 15 anos em 2010, atingiu 55,1% em 2022.

Tabela 2
Indicadores de dependência e envelhecimento. Brasil, vários anos

Ano	Taxa dependência demográfica (%)	Índice de Envelhecimento (65) (%)
1970	81,8	7,7
1980	73,1	10,5
1991	65,4	13,8
2000	55,0	19,9
2010	46,0	30,7
2022	44,3	55,1

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

O índice de envelhecimento, também chamado de índice de idosos, indica a proporção de pessoas com 65 anos ou mais em relação à proporção de crianças com menos de 15 anos. Por sua vez, a taxa de dependência demográfica expressa a proporção de pessoas economicamente dependentes - jovens e idosos - em relação à população em idade de trabalhar.

O envelhecimento cada vez mais intenso da população brasileira, que vinha reduzindo o ritmo de queda da taxa de dependência desde 2010, deve elevar essa taxa no futuro, devido à maior proporção de idosos com 65 anos ou mais e à menor presença de jovens com menos de 15 anos.

Para evidenciar a necessidade de planejamento estratégico e políticas públicas adequadas, os demógrafos estimam as taxas de envelhecimento para 2050 e para o final do século XXI (2100), com base nas projeções de crescimento populacional. A previsão indica que, no Brasil, o número de idosos (pessoas com 60 anos ou mais) ultrapassará o de crianças com menos de 15 anos em 2029 - ou seja, em apenas 4 anos. Em 2050, espera-se que o número de idosos seja o dobro do de menores de 15 anos, chegando a ser 3,2 vezes maior em 2100 (Alves, 2025)

4 Envelhecimento da força de trabalho

O envelhecimento da população brasileira se reflete na força de trabalho, alterando a distribuição da população em idade ativa (PIA) de 14 anos ou mais por faixas etárias (Tabela 3). Em 2012, 43,9% da população com 14 anos ou mais tinha 40 anos ou mais, proporção que alcançou 51,9% em 2024. Ou seja, em 2024 mais da metade da PIA tinha 40 anos ou mais, e essa proporção tende a continuar aumentando.

Uma parte da população com 14 anos ou mais é inativa e, portanto, não integra a força de trabalho (população economicamente ativa, ou PEA). Em particular, a taxa de atividade dos idosos (60 anos ou mais) é bem menor do que a da população entre 18 a 59 anos. Em 2024, os idosos representam 19,8% da PIA, mas apenas 7,8% da PEA. A baixa taxa de atividade dos idosos - 24,6% em 2024 - indica que a maioria dessa faixa etária permanece inativa.

A distribuição da PEA por faixas etárias também evidencia o envelhecimento da população, refletindo-se no envelhecimento da própria força de trabalho. A proporção da PEA com 40 anos ou mais, que era de 38,8% em 2012, alcança 46,7% em 2024.

Os estudos sobre envelhecimento da força de trabalho destacam a participação da PEA com 60 anos ou mais no total da PEA, que passou de 5,2% em 2012 para 7,8% em 2024, um envelhecimento menos acentuado que o observado na PIA, cuja proporção de pessoas com 60 anos ou mais aumentou de 14,4 para 19,8%, no mesmo período. Nesta análise, examinamos o envelhecimento da força de trabalho considerando a distribuição da PIA e da PEA por faixas etárias, e não apenas a participação dos idosos na PEA.

Tabela 3
Envelhecimento da Força de Trabalho

Faixas Idade	PIA		Taxa de atividade		PEA	
	2012	2024	2012	2024	2012	2024
14 a 17 anos	9,2	6,8	23,8	16,4	3,5	1,8
18 a 24 anos	15,4	12,4	70,5	69,1	17,3	13,7
25 a 39 anos	31,5	28,9	80,9	81,6	40,5	37,8
40 a 59 anos	29,5	32,1	71,5	75,4	33,6	38,9
60 e mais	14,4	19,8	22,7	24,6	5,2	7,8
Total	100,0	100,0	62,8	62,4	100,0	100,0

Fonte: PNADC, 3º trimestre. Extraído de Bichara e Costanzi (2025).

Conforme a literatura, o envelhecimento da força de trabalho pressiona os sistemas de saúde e previdência. Do ponto de vista dos trabalhadores, destaca-se a discriminação etária (etarismo)⁷, uma vez que os empregadores tendem a preferir pessoas mais jovens. Com o envelhecimento da população, os empregadores são obrigados a manter pessoas mais velhas no emprego. Essas pessoas enfrentam dificuldades para se adaptar às constantes mudanças tecnológicas, o que aumenta a seletividade por parte dos empregadores e reforça a necessidade de cursos de requalificação e aperfeiçoamento. Outro desafio refere-se à maior incidência de doenças que afetam a população mais idosa, incluindo o aumento de doenças crônicas (Camarano, 2018).

5 Estrutura etária, força de trabalho e nível socioeconômico

O envelhecimento da população e da força de trabalho ocorre de forma diferenciada conforme o nível socioeconômico. O nível socioeconômico afeta as condições em que o envelhecimento é vivenciado, pois as pessoas de menor renda frequentemente enfrentam piores situações de saúde, menor acesso a serviços de cuidado e saúde, além de participação mais limitada em atividades sociais e produtivas. Por outro lado, entre as pessoas com maior nível de renda e escolaridade, o avanço da idade tende a estar associado a um envelhecimento mais ativo, com maior engajamento em diversas esferas da vida, inclusive no trabalho remunerado.

(7) O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) criminaliza a discriminação por idade, especialmente no acesso a serviços e no mercado de trabalho (Brasil, 2003).

A Tabela 4 ilustra essa diversidade de situações, apresentando a distribuição da população em 2024 segundo o nível de renda domiciliar per capita. Para a análise do nível socioeconômico da força de trabalho, adotou-se metodologia análoga à utilizada pela CEPAL⁸.

Com base nessa metodologia, adotou-se como linha de pobreza o valor correspondente a 0,5 salário mínimo. Assim todas as pessoas residentes em domicílios com renda per capita inferior a esse valor foram consideradas pobres. A pobreza extrema correspondeu à renda per capita de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo, ou seja, à metade da linha de pobreza. Já as pessoas residentes em domicílios com renda per capita de $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo foram classificadas como de baixa renda, porém não pobres. Dessa forma, foram definidos três estratos de renda baixa: extrema pobreza, pobreza não extrema e renda baixa, porém não pobre.

De maneira análoga, foram definidos três estratos de renda média, abrangendo domicílios com renda per capita entre 1 e 5 salários mínimos: renda média baixa (1 a 2 salários mínimos), renda média intermediária (2 a 3 salários) e renda média alta (3 a 5 salários). Por último, o estrato de renda alta corresponde aos domicílios com renda per capita superior a 5 salários mínimos⁹.

Tabela 4

Distribuição dos domicílios e das pessoas por faixas de renda domiciliar per capita em salários mínimos (SM). Pessoas menores de 14 anos e maiores de 14 anos 9%) e taxas de ocupação, participação e desemprego por faixas de renda domiciliar per capita.

Brasil, 2024

Faixas de renda domiciliar per capita em SM de 2024	Distribuição		Pessoas com menos de 14 anos (%)	Pessoas com 14 anos e mais (%)	Pessoas 14 anos e mais		
	Domicílios	Pessoas			Taxa de Ocupação	Taxa de Atividade	Taxa de Desemprego
Até $\frac{1}{4}$ SM	6,9	8,1	34,2	65,8	21,0	36,1	41,7
$\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ SM	13,4	16,4	29,6	70,4	41,6	49,2	15,4
$\frac{1}{2}$ a 1 SM	28,5	29,8	19,6	80,4	53,3	57,6	7,4
1 a 2 SM	28,7	26,9	12,5	87,5	69,7	71,8	2,9
2 a 3 SM	10,3	8,9	10,4	89,6	73,5	75,0	1,9
3 a 5 SM	7,1	5,9	10,4	89,6	73,9	74,9	1,3
5 e mais SM	5,1	3,9	10,1	89,9	75,6	76,7	1,3
Total	100	100,0	18,7	81,3	58,6	62,8	6,6

Fonte: IBGE-PNADC anual 2024.

(8) A CEPAL estima os estratos (faixas) de renda a partir de uma classificação baseada no número de vezes que a renda domiciliar per capita equivale ao valor da linha de pobreza, definida como o nível de renda que permite satisfazer as necessidades mínimas de subsistência e bem-estar de cada membro de um domicílio. (CEPAL, 2024). Existem outras formas de classificar a população em função da renda domiciliar. Destacamos a classificação de Quadros (s/d) que se baseia no tipo de ocupação da pessoa responsável pelo domicílio.

(9) É importante lembrar que a PNAD continua não captar adequadamente as rendas domiciliares muito altas. Esse problema afeta principalmente a proporção de renda total apropriada pelos domicílios de maior renda, mas não afeta tanto a proporção de domicílios e pessoas com rendas altas.

Os domicílios de renda baixa (inferior a 1 salário mínimo) abrangiam 54,3% da população, enquanto os de renda média (entre 1 e 5 salários mínimos) correspondiam a 41,7% e os de renda alta, apenas 3,9% da população. Entre a população de renda baixa, pouco mais da metade (54,9%) não era pobre; já entre os de renda média, 64,5% tinham renda média baixa. Assim, a maioria da população brasileira (56,7%) situava-se nos estratos de “baixa renda, mas não é pobre” ou de “renda média baixa”, evidenciando uma estrutura social concentrada nesses dois segmentos.

No total, 24,5% da população era pobre (até 0,5 salário mínimo) e apenas 3,9% pertencia ao grupo de alta renda. A população pertencente aos estratos de renda média intermediária e renda média alta, somadas, correspondiam a 14,3% da população total. Essa estrutura social evidencia a profunda desigualdade socioeconômica existente no país.

Os domicílios em extrema pobreza abrangiam uma população duas vezes maior (8,1%) que a dos domicílios de alta renda (3,9%) e apenas um pouco inferior à soma das populações de domicílios de renda média alta e renda elevada. Além disso, a população em domicílios de pobreza não extrema era duas vezes maior que a da pobreza extrema, enquanto a população de “baixa renda, porém não pobre” era quase o dobro daquela em pobreza não extrema.

Um primeiro indicio das diferenças na estrutura etária por nível socioeconômico, com implicações para a força de trabalho, é o maior contingente de pessoas com menos de 14 anos nos domicílios de baixa renda. A elevada proporção de pessoas sem idade para trabalhar contribui para a baixa renda per capita desses domicílios, reforçando a vulnerabilidade socioeconômica associada à pobreza.

Além disso, os dados sobre a condição de atividade mostram que, associadas à baixa renda do domicílio e à alta presença de pessoas com menos de 14 anos, as pessoas residentes em domicílios de renda baixa, sobretudo em situação de extrema pobreza, enfrentam maiores dificuldades para aproveitar as oportunidades do mercado de trabalho. As taxas de ocupação são muito baixas, apenas 21% nos domicílios de extrema pobreza. Esse quadro reflete tanto a baixa taxa de atividade quanto a alta taxa de desemprego.

A situação contrasta fortemente com os domicílios de renda média e alta, onde as taxas de atividade são bem mais elevadas e as taxas de desemprego muito menores. Embora existam diferenças entre os estratos de renda baixa e entre os estratos de renda média, a condição de atividade do conjunto da população brasileira resulta de uma média de situações completamente diferentes, entre as populações de baixa renda e de rendas média e alta. Essa descontinuidade na condição de atividade, entre a baixa renda e as rendas média e alta, fica evidente ao comparar os domicílios de “renda baixa, porém não pobre” com os de “renda média baixa”: as taxas de atividade são de 57,6% e 71,8%, respectivamente, enquanto as taxas de desemprego são de 7,4% e 2,9%.

A Tabela 5 proporciona uma visão mais completa das diferenças na estrutura etária da população segundo o nível de renda domiciliar per capita. Para o total da população, o índice de envelhecimento é de 85,4%. Em outras palavras, o número de pessoas com 60 anos ou mais equivale a 85,4% do número de pessoas com menos de 14 anos (lembrando que a PIA do IBGE corresponde a população com 14 anos ou mais).

Nos domicílios de “baixa renda, porém não pobres”, o índice de envelhecimento é um pouco maior ao do total da população (90%). Já nos domicílios em pobreza extrema ou não extrema, o índice

é muito inferior (15,7% e 26,4%, respectivamente), semelhante ao observado em países menos desenvolvidos, com intenso crescimento populacional. Em contraste, entre os domicílios de rendas média e alta, a população idosa já supera a população com menos de 14 anos, chegando a mais que o dobro nos estratos de renda média alta e de renda alta (2,1 e 2,3 vezes, respectivamente).

Tabela 5
Distribuição das pessoas conforme idade e nível socioeconômico. Brasil, 2024

Idade	Total	Baixa renda			Renda Média			Renda Alta
		Até ¼ SM ¹	¼ a ½ SM ²	½ a 1 SM ³	1 a 2 SM ⁴	2 a 3 SM ⁵	3 a 5 SM ⁶	mais de 5 SM
menos de 14 anos	18,8	34,2	29,6	19,6	12,5	10,4	10,4	10,1
14 a 59 anos	65,2	60,4	62,6	62,7	68,6	69,8	68,0	67,0
60 e mais	16,0	5,4	7,8	17,7	18,9	19,8	21,6	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice envelhecimento ⁷	85,4	15,7	26,4	90,0	151,3	191,4	207,0	226,1

Fonte: IBGE-PNADC anual 2024.

Notas: ¹ extremamente pobres (até 1/4 SM); ² pobres, porém não extremo; ³ renda baixa, porém não pobres (1/2 a 1 SM); ⁴ renda média baixa (1 a 2 SM); ⁵ renda média intermediária (2 a 3 SM); ⁶ renda média alta (3 a 5 SM). ⁷ Índice de envelhecimento: Pop 60 anos e mais / Pop de 14 anos e menos.

Em um país com extrema desigualdade socioeconômica, como o Brasil, é fundamental considerar o nível socioeconômico para caracterizar as tendências demográficas. Os indicadores referentes ao conjunto da população representam médias de situações muito distintas, com destaque para a diferença entre a população pobre e as populações de renda média e alta. Embora a população pobre venha diminuindo, especialmente a em extrema pobreza, em 2024 ela ainda corresponde a 24,5% da população total (Ver novamente a Tabela 4).

O envelhecimento da população tende a ser acompanhado do envelhecimento da força de trabalho. No entanto, nos estratos socioeconômicos mais baixos, as dificuldades para participar da atividade econômica afetam a relação entre esses dois processos.

Segundo a Tabela 6, as pessoas com 60 anos ou mais representam 19,7% da população em idade para trabalhar, mas no total da PEA a participação de pessoas com 60 anos ou mais é menos da metade desse valor (7,8%). Essa diferença é expressiva em todas as faixas de renda per capita, sobretudo nas não pobres, em especial nos domicílios de baixa renda, porém não pobres, onde a proporção de idosos na PIA é muito superior à observada na PEA (uma diferença de 16,5 pontos percentuais).

Esse descompasso evidencia, de um lado, a composição etária nos domicílios de baixa renda, porém não pobres, em que já é mais elevada a presença de idosos e, de outro, as dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda para permanecer economicamente ativa com o avanço da idade, seja por problemas de saúde, seja pelas exigências do tipo de trabalho a que a população de baixa renda tem acesso.

Nos domicílios com renda mais elevada, uma parcela maior da população idosa consegue se manter na atividade econômica.

Tabela 6
Participação da população com 60anos ou mais na PIA e na PEA. Brasil, 2024

Renda domiciliar	PIA	PEA	Δ
Até ¼ SM	8,2	3,7	4,5
¼ a ½ SM	11,1	3,6	7,5
½ a 1 SM	22,0	5,5	16,5
1 a 2 SM	21,6	8,5	13,1
2 a 3 SM	22,1	10,3	11,8
3 a 5 SM	24,0	12,3	11,7
mais de 5 SM	25,5	15,0	10,5
Total	19,7	7,8	11,9

Fonte: PNADC anual, 2024.

A Tabela 7 apresenta as diferenças nas taxas de ocupação por nível socioeconômico e faixa etária. A população com 14 a 29 anos ainda está consolidando sua participação na atividade econômica. Devido à menor taxa de atividade e à maior taxa de desemprego, a taxa de ocupação desse grupo é muito menor nos domicílios de renda baixa, especialmente na pobreza extrema e mesmo na pobreza não extrema.

Nos domicílios de renda média alta e alta, a taxa de ocupação dos jovens de 24 a 29 anos é menor do que nos de rendas média baixa e média intermediária, o que indica que a ocupação dos jovens de domicílios de alta renda é relativamente baixa. Uma parcela expressiva desses jovens pode dedicar-se exclusivamente à continuidade dos estudos, inclusive de pós-graduação.

Tabela 7
Taxas de Ocupação (Ocupados/PIA) por idade e nível socioeconômico. Brasil, 2024

Idade	Total	Baixa renda			Renda Média			Renda Alta
		Até ¼ SM	¼ a ½ SM	½ a 1 SM	1 a 2 SM	2 até 3 SM	3 a 5 SM	mais de 5 SM
14 a 29 anos	53,9	14,2	32,7	53,0	72,6	73,4	70,7	65,0
30 a 59	74,5	27,8	54,0	71,5	85,8	89,6	90,8	92,4
60 a 79	27,8	12,1	16,0	16,2	31,9	39,6	43,6	50,2
80 e mais	3,4	1,3	1,1	1,0	4,6	4,6	5,2	10,7
Total	58,6	21,0	41,6	53,3	69,7	73,5	73,9	75,6

Fonte: PNADC anual, 2024.

Obs.: Ver nota da Tabela 5.

Para as faixas etárias de 30 a 59 anos e de 60 a 79 anos, verifica-se uma correlação direta entre o nível socioeconômico e a taxa de ocupação: quanto maior a renda domiciliar, maior a taxa de ocupação.

Por fim, entre as pessoas com 80 anos ou mais, a taxa de ocupação é expressiva apenas nos domicílios de renda média elevada, o que evidencia a maior facilidade dessa parcela da população para manter-se economicamente ativa em idades muito avançadas.

A fase atual da transição demográfica se caracteriza pelo envelhecimento da população, com implicações para o trabalho e a proteção social, dado o aumento da proporção de pessoas com 60 anos ou mais. Em um país com elevada desigualdade socioeconômica, as diferenças de estrutura etária por nível socioeconômico mostram que a população atual já apresenta padrões de idade que segundo os demógrafos, se tornariam mais evidentes num futuro próximo a partir das tendências de crescimento demográfico.

Nos 54,3% da população residente em domicílios de baixa renda, as pessoas com 60 anos ou mais ainda são menos numerosas do que aquelas com menos de 14 anos e representam uma parcela ainda reduzida da população em idade para trabalhar: 8,2% na pobreza extrema, 11,1% na pobreza não extrema e 22% nos domicílios de renda baixa, mas não pobres.

Em contraste, nos domicílios de renda média e alta, os idosos superam em número as pessoas sem idade para trabalhar e representam a uma fração maior da população em idade para trabalhar: 21,6% nos domicílios de renda média baixa, 22,1% nos de renda média intermediária, 24% nos de renda média alta e 25,5% nos de renda alta.

A coexistência de diferentes graus de envelhecimento entre os extremos dos 24,5% de população pobre e os 9,8% residentes em domicílios de renda média alta e alta, com a situação intermediária dos 65,7% de população de domicílios de renda baixa, mas não pobres, renda média baixa e renda média intermediária, torna a formulação de políticas públicas mais complexa. Esse cenário dificulta a definição de medidas adequadas para enfrentar os desafios do trabalho e da proteção social associados ao envelhecimento da população.

Considerações finais

O envelhecimento populacional reflete-se diretamente na composição etária da força de trabalho. O aumento da proporção de pessoas idosas pressiona os sistemas de proteção social, especialmente nas áreas de saúde e previdência.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o envelhecimento da força de trabalho impõe diversos desafios. Entre eles, destacam-se a discriminação etária, a dificuldade de manutenção do emprego e a necessidade de adaptação às constantes transformações tecnológicas. Esses fatores contribuem para uma maior seletividade por parte dos empregadores e reforçam a importância de políticas voltadas à requalificação e ao aperfeiçoamento profissional. Além disso, observa-se uma maior incidência de doenças crônicas entre a população mais velha, o que amplia a vulnerabilidade desse grupo.

O envelhecimento da população e da força de trabalho manifesta-se de forma desigual entre os diferentes níveis socioeconômicos. Pessoas de menor renda estão mais expostas a problemas de saúde e enfrentam maiores barreiras para participar de atividades sociais e produtivas, enquanto

aquelas com níveis de renda mais elevados tendem a vivenciar um envelhecimento mais ativo, com maior participação, inclusive, no trabalho remunerado.

A principal contribuição deste artigo foi mostrar as diferenças de estruturas etárias da população conforme o nível socioeconômico: quanto maior o nível socioeconômico, menores as participações, na atividade econômica, da população jovem e maiores as das populações adulta e idosa, destacando-se uma descontinuidade nessa associação entre a população de baixa renda e as populações de renda média e alta. O ritmo de envelhecimento da população foi menos intenso na parcela da população de baixa renda, especialmente na população em condições de extrema pobreza.

Essa coexistência de diferentes ritmos e condições de envelhecimento entre os grupos socioeconômicos torna mais complexa a formulação de políticas públicas, dificultando a definição de medidas eficazes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da proteção social em um contexto de envelhecimento populacional.

Referências bibliográficas

ALVES, J. E. D.; GALIZA, F. *Demografia e economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Cap. 2 e 3. Disponível em: <https://ens.edu.br/publicacoes-detalhes/333>.

ALVES, J. E. D. Mudança da estrutura etária e o índice de envelhecimento. *EcoDebate*, 15 set. 2025. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2025/09/15/mudanca-da-estrutura-etaria-e-o-indice-de-envelhecimento/>.

BICHARA, J. da S.; COSTANZI, R. N. O envelhecimento da força de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 19., 2025, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xix-encontro-nacional-da-abet>.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Estatuto do Idoso*. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Condições de empregabilidade do trabalhador mais velho. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Cap. 21. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: out. 2025.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Reducir la desigualdad y avanzar hacia el desarrollo social inclusivo en América Latina y el Caribe: desafíos, prioridades y mensajes de cara a la Segunda Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social (LC/MDS.6/3)*. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <https://mexico.un.org/es/282918-reducir-la-desigualdad-y-avanzar-hacia-el-desarrollo-social-inclusivo-en-américa-latina-y-el>.

ESCORCIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2024.

LEONE, E.; MENDONÇA, A.; LIMA, M. T. Mudanças na população brasileira entre os Censos de 2010 e 2022 na perspectiva das tendências desde 1970. *Caderno de Pesquisa NEPP*, n. 97, jan. 2025. Disponível em: https://nepp.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/57/2025/03/CadPesq_97.pdf.

QUADROS, W. O primeiro biênio do governo Lula. 2025. Disponível em: <https://pesquisa.ie.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/62/2025/08/O-PRIMEIRO-BIENIO-DO-GOVERNO-LULA-3.pdf>.

SCOTT, A.; PIOT, P. The longevity dividend. *Finance & Development – Special Report*, June 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2025/06/the-longevity-dividend-andrew-scott>.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.